



Anais da Assembléia

Nº 46

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 10 DE MAIO DE 1978.

ANO IV

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 44ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 1978

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e Quielse Crisóstomo.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manpel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Werner Wanderer (46); achando-se ausentes os Senhores Deputados Accioly Neto, Aragão de Mattos Leão, Del Ciel, Jayme Rodrigues Carvalho, Luiz Alberto Oliveira, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira e Wilson Fortes (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, que se convide o Excelentíssimo Senhor Doutor Noel Lobo Guimarães, M.D. Secretário de Estado do Interior e do Excelentíssimo Senhor Cláudio Araújo, M.D. Diretor Presidente da SANEPAR, para relatarem a real situação do abastecimento de água nas diversas cidades atendidas pela Companhia de Saneamento do Paraná.

Sugere, outrossim, face à urgência do problema, que seja marcado para o depoimento, a próxima terça-feira, dia 16 do corrente.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 1978.

(a) Deni Schwartz.

JUSTIFICATIVA:

1. É inegável que o Paraná sofre a mais prolongada estiagem dos últimos anos;

2. O abastecimento de água das cidades, se não equacionado, poderá trazer consequências imprevisíveis;

3. Há necessidade do legislador conhecer a verdadeira extensão do problema, inclusive para melhor poder colaborar.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados abaixo assinados, ouvido o Plenário, requerem a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje de voto de pesar pelo falecimento do Sr. Francisco Quirino dos Santos, ocorrido em São José dos Pinhais.

De tradicional família no vizinho município, o falecido exerceu inúmeras funções públicas, entre as quais o cargo de Prefeito Municipal.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 1978.

(aa) Maurício Fruet e Domício Scaramella.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer ouvido o Plenário, a consignação de voto de profundo pesar, pelo falecimento do Professor Brasília Vicente de Castro, ocorrido ontem, nesta Capital.

Nascido em Ponta Grossa, em 26 de junho de 1913, ingressou no magistério em 1952, tendo sido professor adjunto em 1966, catedrático estável em 1967 e titular a partir de 1968.

Era professor de Anatomia Topográfica e Docente livre em Técnica Operatória e Cirurgia Experimental no curso de Medicina, do Setor de Ciências da Saúde.

Foi também diretor da Faculdade de Ciências Médicas, da U.F.P.

Desde 1971, integrava a Comissão Central do Concurso Vestibular, como presidente da Comissão Preparadora da área 03 — Ciências Biológicas, para providenciar a preparação dos locais e execução das provas do vestibular. Foi também tesoureiro da mesma Comissão Central do Vestibular, da qual veio a ser presidente interino em fevereiro de 1972, e definitivo a partir de 1977.

Chefe do Departamento de Ciências Morfológicas e coordenador do curso de pós-graduação em Ciências Morfológicas.

Participou do processo de unificação do vestibular.

Era casado com D. Eunice Bley Vicente de Castro, e deixou três filhos: Marilda, Brasília Vicente de Castro Filho e Fernando Bley Vicente de Castro.

Foi sepultado ontem, no Cemitério Municipal.

Outrossim, requer, aprovado o presente, seja dada ciência da decisão da Casa à família enlutada.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 1978.

(a) Maurício Fruet.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente com Voto de Congratulações aos Padres Missionários do Sagrado Coração pelo Excelente trabalho realizado durante 23 (vinte e três) anos na Paróquia Nossa Senhora da Glória de Francisco Beltrão.

Requer, outrossim, seja dado ciência do presente às autoridades seguintes:

a) Dom Agostinho José Sartori — Bispo Diocesano de Palmas;

b) Dr. Abdo José — Presidente do Conselho da Igreja Matriz de Francisco Beltrão;

c) Sr. Isidoro Anoache — Presidente do Conselho

- da Paróquia;
- d) Padre Alfonso de Nijs - Superior da Congregação dos Missionários do Sagrado Coração de Jesus. Sala das Sessões, em 10 de maio de 1978.
- (a) DENI SCHWARTZ

JUSTIFICATIVA:

1. Os Padres Missionários do Sagrado Coração de Jesus se instalaram em Francisco Beltrão no ano de 1955, vindos da Bélgica;

2. Os trabalhos realizados pelos mesmos não só se limitou à religião, mas também para despertar o sentimento comunitário da população, podendo-se afirmar serem os responsáveis pela formação de Sindicatos e Cooperativas;

3. De outra parte sua participação na solução dos problemas locais e regionais sempre se fez presente;

4. Após 23 anos de dedicação à Paróquia Nossa Senhora da Glória, estão agora se retirando da mesma, que ficará sob a responsabilidade dos Padres Missionários de Nossa Senhora da Salette.

Endereço das autoridades:

- a. Dom Agostinho José Sartori
Centro Pastoral Educacional Assistencial Dom Carlos
Rua Dr. Bernardo Vianna, 903.
84.670 - PALMAS - PR.
- b). Dr. Abdo José
Rua Rio de Janeiro, 758
85.600 - FRANCISCO BELTRÃO - PR.
- c). Sr. Isidoro Anoache
A/C de Casa das Noivas
Av. General Osório, s/n.
85.600 - FRANCISCO BELTRÃO - PR.
- d). Padre Afonso De Nijs
Instituto Nossa Senhora da Glória
Rua Tenente Camargo, s/n.
85.600 - FRANCISCO BELTRÃO - PR.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Está finda a leitura do expediente.

A Presidência tem a satisfação de registrar neste plenário, a presença do Presidente da Câmara Municipal de Capitão Leônidas Marques. Da mesma forma, registra, com satisfação, a presença do Deputado Federal Cleversson Marinho Teixeira.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Sampaio, primeiro orador inscrito.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em primeiro lugar, gostaria de fazer um registro nesta tarde, 10 de maio, em que Maringá comemora seu 31.º aniversário. Uma hora difícil e que nós, aqui desta tribuna, em nome também da bancada de Maringá nesta Assembléia, independente de cor partidária, envia ao povo sofrido pela seca que abala o nosso Estado; especialmente a nossa região agrícola, nossa palavra de fé.

Trinta e um anos de trabalhos, de sacrifícios, de lutas, feitas por brasileiros e estrangeiros, de todas as partes do Brasil e do mundo.

Infelizmente, não podemos estender nossos cumprimentos à administração municipal, porque não vem ainda correspondendo aos anseios populares daqueles que confiaram seus votos.

Fica portanto, a nossa palavra de fé, de esperança que a chuva ainda venha para que possamos amenizar os trágicos efeitos dessa seca que abala nosso Estado e nossa região, em particular.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o requerimento que apresentamos está vazado nos seguintes termos. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, se envie

expediente ao Sr. Secretário das Finanças, JAYME PROSDÓ-CIMO, solicitando restabelecer o benefício fiscal para os latificinistas produtores de queijo e manteiga, determinado pela Instrução SF nº 443/74, e que foi suprimido com o Convênio ICM 07/77, por ser de interesse da economia paranaense.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 1978.

(a) GABRIEL SAMPAIO”

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A história das Assembléias Legislativas é, de certo modo, a história dos tributos.

A instituição dos tributos depende, hoje, das Assembléias Legislativas, antes por conquista do povo do que pelo processo legislativo formalizado. E essa conquista é a história da afirmação das assembléias legislativas.

Os efeitos dos tributos repercutem nas Assembléias Legislativas como resultado das manifestações sentidas pelos representantes do povo junto ao povo.

E é de nosso dever, como representantes do povo, povo que inclui a todos e, como parte do Governo que somos, trazer aqui as manifestações sentidas e procurar, harmoniosamente, com os outros Poderes do Governo, atender aos reclamos justos e necessários.

Uma dessas manifestações é que trago à consideração de Vossas Excelências.

Os estabelecimentos industriais fabricantes de queijos e manteiga do Paraná, por determinação da Instrução SF nº 443/74, gozavam de um benefício fiscal que consistia em um crédito ficto equivalente à alíquota do ICM vigente para operações internas sobre 50% do valor que servisse de base de cálculo para a saída de leite tributado.

A concessão desse benefício tinha sua razão no reconhecimento da necessidade de permitir a industrialização do leite a custo mais baixo do que seria com o ônus integral do imposto.

Há um ano atrás, porém, com o Convênio ICM 07/77, estabelecido pelos Srs. Secretários de Fazenda dos Estados da Federação, o benefício foi suprimido.

Com a supressão do benefício, os custos de produção de queijos e manteigas, no Estado, foram acrescidos e seus efeitos logo se fizeram sentir. Mais capital de giro se fez necessário, para as dificuldades já existentes. Elevação de preço dos produtos dificultando a comercialização, a par de concorrer para a persistência da inflação.

Ao mesmo tempo para agravamento da situação, registra-se a importação de queijos de países vizinhos que, pela diferença cambial, vão tendo procura significativa com desvantagem para os similares nacionais.

Decorrido um ano da perda do benefício, o acréscimo dos custos não foi absorvido. Continua produzindo efeitos negativos no setor da economia paranaense.

Temos ouvido as ponderações dos industriais e por julgá-las procedentes é que as trazemos aqui, à consideração de Vossas Excelências, com um requerimento nosso ao Senhor Secretário das Finanças para, reexaminar a matéria e, com o procedimento adequado, face à decisão tomada em convênio, restabelecer o benefício fiscal de interesse da economia paranaense.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Alfredo Gulín.

O SR. ALFREDO GULIN — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Governo Federal acabou reconhecendo a prioridade que a desconcentração industrial deve ter, como política econômica orientada e de execução continuada.

Pela Resolução 14 do CDE - Conselho de Desenvolvimento Econômico, o Governo Geisel decidiu não mais incentivar a implantação de indústrias na região da grande São Paulo.

Essas indústrias serão orientadas para se localizarem em outras regiões — seja no interior do Estado de São Paulo, seja

nos outros Estados.

O Paraná terá muito a ganhar com essa política de des-centralização, porque vem se preparando de há muito para absorver indústrias em seus polos de Curitiba, Ponta Grossa, Londrina, Maringá e Cascavel.

Aliás, Senhores, nesta altura, o Paraná precisa de mais indústrias para absorver a mão de obra que está sendo liberada com a mecanização da agricultura. Mesmo que sejam adotadas práticas de lavoura que retenham mão de obra, como horticul-tura, fruticultura e pecuária de leite, a agricultura continuará liberando braços que virão para a Cidade.

É preciso localizar essas pessoas no espaço urbano e dar-lhes emprego, através da indústria, que detona todo um proces-so de ocupação própria e na área complementar do comércio, transportes, serviços, etc.

Doutro lado, a agricultura do Paraná acaba de passar por uma severa prova cujo efeito mais imediato será um fluxo de migrantes do campo para a cidade. Independente de nossas posições pessoais a respeito, precisamos cuidar dessa realidade e criar logo os empregos industriais e outros que essa nova popu-lação vai pedir.

Na sua mensagem de Primeiro de Maio, o Presidente Gei-sel reconheceu a importância da criação de empregos no Brasil. Mais de um milhão de empregos novos devem ser criados a cada ano. Esta prioridade nacional pode ser resolvida em parte, com a implantação de indústrias de transformação agro-industrial e outros subsectores tradicionais, que reclamam muitos trabalha-dores e menor investimento de capital. Indústrias mais do mer-cado interno, que transformem a produção e criem empregos que, ao mesmo tempo, livrem o Brasil da necessidade de impor-tar insumos industriais e dêem produção barata para os brasi-leiros que hoje ainda não estão no mercado de consumo.

Como os Senhores Deputados vêem, se estudarmos com interesse os problemas do Brasil, poderemos envolver numa solução três problemas que nos afligem: a desconcentração in-dustrial beneficiando o Paraná; a criação de indústrias que gerem empregos no Paraná e a oferta de artigos baratos para o mer-cado de renda mais baixa.

Era só, Sr. Presidente,

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Depu-tado Domício Scaramella.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Sr. Presidente, Srs. Depu-tados.

Há dias fizemos um apelo aqui, através de um requeri-mento ao Sr. Secretário dos Transportes, com referência a uma ponte no Município de Rebouças, que faz ligação com Rio Azul.

Ontem, recebemos um telegrama, de Rio Azul, que diz: "Deputado Domício Scaramella:

Comunico ilustre Deputado ponte de Rio Azul e Rebou-ças ruiu tarde de ontem carreta carregada madeiras que foi parar no fundo do rio. Não houve vítimas pessoais.

Abraços".

Era só para lembrar que, este telegrama proveniente de um companheiro de Rio Azul, Sr. Agenor Valentim Girardi, diz respeito à preocupação que teve este nosso companheiro, fa-zendo-nos um apelo quando lá estivemos a semana passada, para que esta ponte fosse reparada, com urgência, pelo DER.

E na justificativa do nosso requerimento, dizíamos que o referido apelo justificava-se em razão do péssimo estado de con-servação em que se encontrava a referida ponte, e que colocava em grande risco de vida os usuários da referida cidade. E que, portanto, eram necessários urgentes reparos na ponte, para a garantia dos mesmos.

Este requerimento data do dia 02 de maio.

Por esta razão, viemos à tribuna neste momento, para lembrar o apelo que havéramos feito e, tendo em vista a notí-

cia que recebemos ontem, através da imprensa. O Sr. secretário dos Transportes e o Sr. Diretor do DER já autorizaram os re-paros.

Assim sendo, fiz esta observação a fim de que ficasse jus-tificada a nossa reclamação feita no dia 02 e que, no dia 08, concretizou-se nosso prognóstico, eis que a referida ponte ruiu.

Era só, Sr. Presidente, Srs. Deputados. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) No Pequeno Expe-diente, concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Depu-tados.

No momento em que o Paraná acolhe os mais eminentes juristas deste País, na VII Conferência da Ordem dos Advoga-dos do Brasil, manifesto de minha parte, a melhor hospitalida-de, a melhor acolhida, a todos os brasileiros que militam na vida forense, nas letras jurídicas, e nas academias de Direito, o nosso mais profundo, sincero e sensível acolhimento e que realmente levem a todos os cantos deste País, a mais legítima aspiração de liberdade que hoje encarna o advogado brasileiro.

Senhor Presidente, a minha passagem por esta tribuna se prende a um fato que nos parece inédito, sobretudo na região que atuamos como representante do povo, neste caso, Foz do Iguaçu.

Foz do Iguaçu é um município declarado do interesse da segurança nacional, e como tal, Senhor Presidente, o seu Prefei-to é nomeado, e já a bancada do MDB que tem assento naquela Casa Legislativa, havia proposto uma Comissão de Inquérito pa-ra investigar a administração do Coronel Clovis da Cunha Viana. Ontem à noite, recebi um telefonema, e hoje, confirmado que companheiros do MDB que formulavam um requerimento nesta Comissão de Investigação das obras de pavimentação e tam-bém das contas de um modo geral do Prefeito de Foz do Iguaçu, e para surpresa agradável nossa, em segunda oportunidade, por-que da primeira inclusive, deu ensejo à abertura de um processo administrativo interno dentro do MDB, por motivação de infi-delidade partidária de uma vereadora que acabou sendo expulsa do Partido.

Acontece que agora, o Presidente da Câmara de Foz do Iguaçu, numa atitude de soberania do Poder Legislativo, enten-deu que tendo o MDB buscado todo o esforço no sentido de fazer essa comissão de investigação e tendo somente três Vere-a-dores que representam a Oposição - atualmente representam a oposição naquela Câmara - e tendo recebido o apoio de um Vereador da Arena, Agnello Fávaro Hans, o Presidente da Câ-mara houve por bem acolher aquele requerimento e numa ati-tude de soberania, disse ele, confirmou pela aprovação da Co-missão de Inquérito e esta, Sr. Presidente, é que precisa ser enaltecida a posição do Poder Legislativo, na sua missão fisca-lizadora, na sua missão de buscar o equilíbrio na aplicação das verbas públicas, e como o tempo já se vai esgotando, quero dar aqui, da tribuna, a minha solidariedade aos Vereadores de Foz do Iguaçu, não pelo mérito daquilo que possa ser investi-gado, mas, sobretudo, pelo fato nesta hora em que se faz con-ferência para um estado de direito, nesta hora que há um cla-mor nacional pelo restabelecimento das franquias democráticas, em que as liberdades públicas estão de mãos dadas com o povo brasileiro, com os juristas brasileiros e o Parlamento precisa colocar na ordem do direito o seu posicionamento, é que venho a esta tribuna, hipotecar a minha solidariedade aos Vereadores do MDB e da ARENA de Foz do Iguaçu que entenderam cons-tituir uma comissão de investigação das contas do Sr. Prefeito Municipal. E faço aqui, Sr. Presidente, desta tribuna, ao Vere-a-dor Francisco Foltran Freire, Sérgio Espada, Severino Sakomod, do MDB; Agnello Fávaro, da Arena e ao Presidente do Legislati-vo Municipal de Foz, Evandro Steves Teixeira, o meu desejo de profícua investigação e que chegue a bom termo, resguardando

os objetivos do Poder Legislativo e buscando, também, o equilíbrio dos Poderes naquele município de região fronteiriça. É para isto, Sr. Presidente, que deixo aqui, inclusive, o apelo para a imprensa enaltecer esse fato que tem sido divulgado quanto a outros que têm sido objetivo de apreciação de Foz do Iguaçu.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência tem a imensa satisfação de registrar, nas galerias, a presença de líderes sindicais que, em Curitiba, participam de um curso de liderança sindical promovido pela FETAEP. Aos Srs. Líderes Sindicais, as boas vindas do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo, inscrito.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas para dar conhecimento aos Srs. Deputados e, merecer apoio para projeto de lei que propusemos, que damos entrada hoje, com a seguinte redação (Lê):

"PROJETO DE LEI Nº 57/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a dispensar a cobrança de TAXA correspondente à expedição de CÉDULA DE IDENTIDADE, em todo o território do Estado do Paraná, a pessoas reconhecidamente carentes de recursos financeiros.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 1978.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

A cédula de identidade, de conformidade com a nossa legislação em vigor, constitui o principal documento do cidadão, estando na ordem de importância e devido às circunstâncias acima, até mesmo do certificado de reservista, que não é considerado como hábil para identificar as pessoas, embora represente o cumprimento do compromisso cívico para com a Pátria, em se tratando de elemento masculino; mas, a identidade se faz imprescindível para todos os cidadãos, independente de sexo.

Dai porque, considerar-se um dever do Estado dar assistência às pessoas que reconhecidamente não possuem condições financeiras para arcar com o ônus de um dispositivo legal. Só isto seria suficiente para justificar a apresentação do presente projeto de lei.

Mas, o que motivou na realidade o autor, foi a observação realizada durante estes quatro anos de participação no Poder Legislativo, quando vimos invariavelmente, todos os dias, desfilar pelos corredores desta Casa e pelos gabinetes de todos os companheiros Deputados, centenas de pessoas à procura de uma condição que possibilite saldar junto aos cofres do Tesouro Estadual, o impositivo correspondente ao pagamento da TAXA para aquisição da Cédula de Identidade. Uma parte dessas pessoas é atendida, muitas vezes, com a participação direta do parlamentar solicitado.

Contudo, essa participação direta dos parlamentares, não deixa de ser um paliativo apenas, para um problema tão grave, que merece a mais profunda atenção do Poder Executivo, competente para decisões definitivas.

A adoção de medida desta natureza, além de eliminar um aspecto negativo no setor social do Estado, não vem onerar praticamente em nada as disponibilidades econômicas, uma vez que, na atual sistemática, não são poucos aqueles que deixam de solicitar o referido documento, exatamente por falta de condições; outros o fazem por intermédio de entidades sociais, que dispensem vultuosas somas para o atendimento específico.

Ora, aprovado o presente projeto de lei, como já foi anteriormente explicado, não só resolve uma situação que se arrasta por vários anos, abrindo uma nova perspectiva aos menos favorecidos, permitindo-lhes pleitear oportunidades de emprego, hoje cerceadas pela falta do documento, como também evita movimentação de mão de obra, com lotação nos setores sociais do Governo e, só nisso, o Poder Público já estaria compensado, pela dispensa da cobrança de taxa, proposta neste projeto.

O Poder Executivo, para conceder o benefício, estabelecerá a apresentação de documento comprobatório de estado de pobreza, especificando qual a Secretaria competente para expedir-lo, bem como os requisitos de validade.

Desta forma, daqui há algum tempo, os nossos órgãos de segurança, ao efetuarem as costumeiras batidas para averiguação, estariam encontrando todos os paranaenses portando o principal documento de identidade, constituindo-se em pioneirismo e exemplo no Brasil e para outros Estados, confirmando para o Paraná, a imagem de liderança em termos de administração.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz, inscrito.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A imprensa, na data de ontem, noticiou que o General Alcindo Pereira, Secretário da Segurança, teria afirmado de que não há ainda necessidade de se decretar, neste Estado, o estado de calamidade pública, em função das secas.

Realmente parece que o nobre General, Secretário da Segurança, está aguardando para se decretar o estado de indigência, pois, quando pela imprensa, como consta no "Correio de Notícias" de hoje, se afirma através de notícias fornecidas pela Sanepar o seguinte: "O abastecimento d'água continua sendo mantido com racionamento de 24 horas a cada um dos setores em que está dividida a cidade, em períodos sucessivos. Embora o racionamento possa ser intensificado a qualquer momento, segundo a assessoria de imprensa da Sanepar, isto será feito gradualmente até atingir o corte de seis dias seguidos, para apenas um fornecimento normal".

Se nós não estamos num estado de calamidade pública, nós já estamos chegando a um estado de indigência. Municípios, cidades como Capanema, cidades como Santo Antônio, cidades como Salgado Filho lá no Sudoeste do Paraná, simples e puramente não têm mais água. E nós vemos o Sr. Secretário da Segurança afirmar que não há necessidade de estado de calamidade pública. Pouco importa o estado em que nós estejamos. A verdade é que nós estamos num Estado sem água. Por isso, Srs. Deputados, estamos preocupados e achamos que é missão de todos nós que representamos parcelas deste povo paranaense, e não acreditando que São Pedro esteja de boa vontade, não só para o Paraná, como o Brasil, ele que foi acusado há pouco tempo, de responsável pela má safra de feijão do ano passado, achamos que medidas urgentes, urgentíssimas devem ser tomadas. Quais não sei, rebocar um "iceberg" da Antártica? Tubulações de emergência captando água dos mananciais da serra? Deslocamento de populações inteiras? Os jornais publicam notícia que também ouvimos pela Rádio Independência esta manhã, de que enquanto há três meses atrás, três famílias entravam por dia em Curitiba, esse número já aumentou nos últimos três meses para 27 famílias em média que estão entrando nesta Capital, por dia. Vindos principalmente do Norte Pioneiro, vindos do centro do Paraná, de Campo Mourão, e de uma cidade da minha região, Pérola do Oeste. Esta notícia também se encontra no jornal "O Estado do Paraná", de hoje.

Por isso, a situação não nos parece mais de calamidade pública, e sim de indigência pública.

Quais as soluções: já não nos parece possível salvar as

safras. O trigo não poderá ser plantado sob pena de perder o produtor, mais dinheiro. A terra não pode ser lavrada, a nossa suinocultura está rapidamente se desfazendo, a bovinocultura está correndo para outros Estados, quando não para açougues e frigoríficos, o que representará um atraso econômico para o nosso Estado.

Obviamente, não cabe culpa a ninguém, já que a seca é imprevisível. Mas, Srs. Deputados, basta olhar os mapas pluviométricos dos anos anteriores, chegaremos à triste conclusão, que se as condições meteorológicas do nosso Estado voltarem ao normal, nós só teremos chuvas em agosto, pois o normal é não termos chuva no inverno. É só olharmos os mapas meteorológicos. Deus queira que se inverta totalmente, o que tem ocorrido todos os anos, e que as chuvas passem a ser no inverno, pois esta estação é a das secas. Acho que esta Assembléia, Srs. Deputados, não pode aguardar as soluções caírem do céu. Programas de emergência, com recursos de emergência, que se parem obras, e que se procure o Governo Federal. Ontem ainda, o Sr. Ministro do Interior afirmava de que obras serão ativadas nos Estados do Sul, para possibilitar a absorção de mão de obras. Por isso, gostaríamos de ouvir os técnicos.

E estamos apresentando à consideração dos Srs. Deputados, um requerimento de convocação aos Srs. Secretário do Interior, Dr. Noel Lobo Guimarães e do Sr. Engenheiro Cláudio Araújo, DD. Diretor-Presidente da Sanepar, para que exponha aos Srs. Deputados a real situação do nosso Estado.

E não só isso, que em conjunto procuremos soluções para que, não de braços cruzados, à espera que São Pedro resolva abrir as torneiras, mas de maneira efetiva, possamos evitar o estado de indigência, que, indiscutivelmente, entraremos, se medidas urgentes não forem tomadas.

O requerimento está vazado nos seguintes termos.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Havendo esgotado o tempo de V. Ex.^a, o seu requerimento será lido pela Presidência, na oportunidade da votação.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradeço à Presidência, e não tinha me apercebido que o requerimento já havia sido lido hoje, durante o expediente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Concedo a palavra ao último orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Li em algum jornal hoje, de que o eminente Deputado Maurício Fruet fez uma série de críticas a propósito da queda de uma ponte entre a localidade de Rio Azul - Rebouças, de certa forma responsabilizando o Departamento de Estradas de Rodagem pelo fato.

Essa ponte, também foi objeto de alguns requerimentos nesta Casa, solicitando ao Departamento de Estradas de Rodagem, ou Secretaria dos Transportes, que urgenciasse a sua construção, e finalmente na tarde de hoje, o Deputado Domício Scaramella também usou da tribuna para discorrer sobre o fato.

Incumbe-me fazer duas considerações: a primeira, a de que esta obra já está licitada, já com vencedor e evidentemente, o empreiteiro ganhador deverá ter ordem de serviço para executá-la de imediato.

Todavia, é previsto registrar que sua queda deve-se total e exclusivamente à irresponsabilidade do motorista, que advertido de que a ponte só suportaria 10 toneladas, tentou usá-la com uma tonelação que excedia 6 vezes o que era permitido. E, evidentemente nestas condições, a ponte ruíu.

Não há, portanto, por parte do DER, nenhuma responsabilidade na queda da ponte, embora o DER já tenha licitado e já tenha adjudicado a obra ao empreiteiro.

Mas é preciso registrar que sua queda deve-se exclusivamente à irresponsabilidade e à incuria do motorista que, advertido de que a ponte não suportaria carga que excedesse 10 tone-

ladas, não obstante isso, tentou usá-la, o que redundou na sua queda.

Era só, Sr. Presidente. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Consulto a liderança da Aliança Renovadora Nacional, sobre se deseja usar o espaço que lhe é reservado. (Pausa) Declina.

Havendo declinado, consulto a liderança do Movimento Democrático Brasileiro, se deseja usar o espaço que lhe é reservado. Declina.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 46 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, lido da tribuna. Necessita de apoio. —

Apoiado — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 178/77, de autoria do Poder Executivo, que objetiva conferir ao Poder Executivo, autorização para permutar com o Município de Maringá, áreas de terras de propriedade do Estado, cuja metragem e características específicas. Parecer Favorável da C.C.J. e C.F., por unanimidade. - Em regime de urgência. — **Aprovado**.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 09/78, de autoria do Deputado EGON PUDELL, que denomina "ANITA LOPES CANET", o Hospital Regional da cidade de Cascavel, construído na referida cidade. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. —

A Mesa informa ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi que não há nenhuma proposição no sentido de denominar esse próprio estadual, homenageando outra figura. Esta é a única matéria que versa sobre o assunto.

Em discussão o Projeto de Lei n.º 09/78. Encerrada a discussão. Em votação. — **Aprovado, artigo por artigo**.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 16/78, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que declara de utilidade pública a "Fundação de Ensino Técnico de Apucarana", com sede e foro na cidade de Apucarana. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo**.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 18/78, de autoria do Deputado DÁCIO LEONEL, que autoriza o Poder Executivo denominar de "Escola Polivalente Professora Maria do Rosário Castaldi - Ensino de 2º Grau", a unidade escolar construída no Jardim Bandeirantes, na cidade de Londrina. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo**.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 21/78, de autoria do Deputado TRAJANO BASTOS, que declara de utilidade pública a "Associação de Senhoras Menino Deus - ASEMD", com sede nesta Capital. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo**.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Professor Brasília Vicente de Castro. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Maurício Fruet e Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Francisco Quirino dos Santos, ocorrido em São José dos Pinhais. - **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio, constante do expediente, solicitando seja encaminhado

expediente ao Sr. Secretário das Finanças, em forma de pedido de informações, sobre as causas determinantes dos atrasos verificados no pagamento dos professores e funcionários públicos do Estado. — Em discussão.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Para discutir, Sr. Presidente
O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, nos termos do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando que se convide o Sr. Secretário do Interior e o Sr. Diretor Presidente da SANEPAR, para relatarem a real situação do abastecimento de água nas diversas cidades atendidas pela Companhia de Saneamento do Estado. — Em discussão. — Encerrada a discussão — Em votação.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — (Questão de ordem) Sr. Presidente, a rigor não teria cabido esta Questão de Ordem, porque nem Questão de Ordem se trata. Todavia, conforme acordo havido com o nobre Deputado Deni Schwartz, este requerimento convocatório deveria se transformar em convite que, tenho certeza, será prontamente atendido e eu subscreveria junto com o Sr. Deputado Deni Schwartz, este requerimento.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência...
O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Evidentemente, não sei se o autor do requerimento concordaria, mas houve um início de entendimento neste sentido que eu gostaria que o eminente Deputado explicitasse sua posição de concordância ou não desta proposição.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência considera que, havendo concordância do autor da Proposição, fará um adendo por escrito, diria melhor, um adendo que poderia ser inserido de próprio punho, transformando o requerimento em convite ao Sr. Secretário de Estado do Interior e ao Sr. Diretor Presidente da Sanepar, para, nesta Casa, relatarem a real situação de abastecimento de água nas cidades atendidas por aquela companhia, na Capital e no Interior.

O SR. DENI SCHWARTZ — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz, autor da proposição.

O SR. DENI SCHWARTZ — Como autor da proposição, concordo plenamente em transformar pedido de convocação em convite. Só pediria à Presidência, observância, face à urgência do problema, que este convite se transforme em realidade, assim, rapidamente, para que já na próxima semana, pudéssemos debater o assunto.

E eu encareceria mais ainda, Sr. Presidente, de que a marcação da data coincida com os interesses maiores dos Srs. Deputados, para que estejam presentes. Porque o assunto, realmente, é de mais alta gravidade.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência devolve o requerimento para receber emenda, para o adendo. A Presidência deve também considerar que, em se tratando de contato deste Poder, com o primeiro escalão da administração, a correspondência terá que ser assinada e encaminhada pelo Sr. Primeiro Secretário deste Poder.

A Presidência nada mais poderá fazer, do que interessar o Sr. Primeiro Secretário, para que expeça o convite com a maior brevidade possível, podendo contactar com S. Ex.^a o Sr. Noel Lobo Guimarães, para definir dia, hora e data para S. Ex.^a aqui comparecer.

Em votação o requerimento com o adendo. (Lê o requerimento, sobre a transformação de convocação em convite). — Aprovado.

O Sr. 1.º Secretário providenciará a urgência da comunicação com o Sr. Secretário.

cação com o Sr. Secretário.

O SR. NILSO SGUAREZI — Questão de Ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Para uma questão de ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Aproveitando, Sr. Presidente, em virtude do meu requerimento e da decisão de hoje, se V. Ex.^a teria condições de, também, fazer o mesmo apelo ao Sr. Secretário para que tomasse idênticas providências com referência à convocação do Sr. Secretário da Segurança, que é um fato já decidido para esta Assembléia, e que também é de extrema urgência.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência informa V. Ex.^a que, adotou as providências na tarde de ontem, e recebeu do Sr. 1.º Secretário a informação de que, na manhã de hoje, contactou com a Secretaria da Segurança, através do Sr. Chefe de Gabinete, dado que o titular daquela Secretaria encontra-se viajando, e, em princípio, com o retorno de Sua Excelência no dia de amanhã, aquela Secretaria, acertando a vinda de Sua Excelência, já que tem também, marcada para a próxima semana, uma viagem a Brasília.

Todavia, quer me parecer, senti a disposição da Assessoria da Secretaria de Segurança, de que, o Sr. Secretário viria, em dia a ser designado, na próxima semana.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando voto de congratulações aos Padres Missionários do Sagrado Coração, pelo excelente trabalho realizado durante vinte e três anos na Paróquia Nossa Senhora da Glória, de Francisco Beltrão. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Gabriel Sampaio, lido da tribuna, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, encarecendo restabelecer o benefício fiscal para os laticinistas produtores de queijos e manteiga, determinado pela Instrução SF n.º 443/74, e que foi suprimido com o Convênio ICM 07/77, por ser de interesse da economia paranaense. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 11, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 09, 16, 18 e 21/78.
DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 147/78.

marcando ainda uma sessão para sexta-feira, dia 12, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 148/77, 17/78 e 19/78.

Levanta-se a Sessão.

DECRETOS:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 247/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3190, de 14 de abril de 1978, deste Poder,

R E S O L V E:

I — Revogar a pedido, o Decreto Legislativo n.º 157/77, de 25 de março de 1977, na parte que se refere a CENIRA DOS SANTOS FREITAS, matrícula n.º 194, ocupante do cargo de nível PL "17", da Série de Classes de Escriturário, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a qual foi designada para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da Presidência;

II — designar JAHYR DALAGASSA, matrícula n.º 075, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da Presidência, percebendo as vantagens inerentes ao cargo; e,

III — designar, CENIRA DOS SANTOS FREITAS, matrícula n.º 194, ocupante do cargo de nível PL "17", da Série de Classes de Escriurário, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Oficial de Gabinete da Presidência, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28 de abril de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 250/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3753, de 26 de abril de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

prorrogar por mais um (01) ano o prazo de validade do concurso realizado por esta Assembléia Legislativa, para preenchimento de vagas na carreira de Taquígrafo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a partir de 03 de maio de 1978, data da homologação do referido concurso, conforme o constante às fls. 24, do processo protocolado sob o n.º 2197/76, de acordo com o disposto no Art. 30, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 02 de maio de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 251/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3099, de 12 de abril de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

I — exonerar a pedido CARLOS PERTEL, ocupante do cargo em Comissão de Assessor de Gabinete, símbolo 3-C, com lotação no Gabinete do Deputado José Domingos Scarpelini; e, II — revogar a pedido o Decreto Legislativo n.º 97/78, de 08 de março de 1978, que mandou pagar ao funcionário acima citado, a quota de salário-família, correspondente a seu filho menor Edson Manoel Machado Pertel.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 08 de maio de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 252/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3099, de 12 de abril de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

prover, em Comissão GILSON SAPLA, no cargo de Assessor de Gabinete, símbolo 3-C, com lotação no Gabinete do Deputado José Domingos Scarpelini.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 08 de maio de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 253/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3754, de 26 de abril de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

alterar para Cr\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos cruz ros), o limite da Gratificação que trata o parágrafo único, do Decreto Legislativo n.º 69/75, de 20 de fevereiro de 1975, ficando revogado o Decreto Legislativo n.º 192/77, de 06 de abril de 1977, a partir de 1.º de janeiro do corrente ano.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 09 de maio de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 254/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4059/78, de 04 de maio de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

I — reajustar, na forma do estabelecido pelos respectivos contratos, os valores salariais dos funcionários contratados como motoristas deste Poder, respectivamente, ELI MOCELIN CECCON, WILFRIED KOESTER, ALZIRO SANTIN, DIRCEU DA SILVA, HAMILTON GUERREIRO CARNEIRO, RENATO MÁRIO MIGUEL e do desenhista JEAN VILLENAVE;

II — conceder, trinta e oito por cento (38%), de aumento, desprezadas as frações de cruzeiros, aos funcionários contratados NEOMILTA SANTI SCHEFFEL, TADEU LUKA e DEISE XAVIER DEL CORSO, Técnicos em Equipamentos Compor; ADMIR BORCK, Técnico de Som; LUIZ CARLOS VIEIRA, Datilógrafo; JOSÉ AUGUSTINHO DA SILVA e AVELINO CAMILO CORREA, Agentes de Segurança; CARLOS FORNAROLLI, Motorista e ALCIONE GUILHERME CORDEIRO WEISS, Operador de Equipamento de Processamento de Dados.

III — Os salários de que trata este Decreto Legislativo, passam a vigorar a partir de 1.º de maio de 1978, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 09 de maio de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

PORTARIAS.

PORTARIA N.º 169/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

I — revogar a Portaria n.º 108/78, que autorizou EDILTON TREVISAN, ora à disposição deste Poder, a prestar serviços extraordinários, a partir de 01 de janeiro do corrente ano; e, II — autorizar, o funcionário acima citado, prestando serviços no Serviço Médico deste Poder, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a dezesseis, sessenta e sete por cento (16,67%), de seus vencimentos, no período compreendido entre 1.º de janeiro a 31 de dezembro de 1978.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de maio de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA N.º 170/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3832, de 27 de abril de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 864/77, dos funcionários abaixo relacionados, todos do

Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

JACYRA MACHADO BINI — matrícula n.º 208

JOSINA PEREIRA JANJÃO — matrícula n.º 157.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04 de maio de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA N.º 171/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado n.º 3839, de 27 de abril de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar o funcionário JOSÉ ALVES GUIMARÃES, matrícula n.º 092, ocupante do cargo de nível PL "15", da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, conforme solicitação do Diretor do Departamento Administrativo, a partir de 21 de março de 1978.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04 de maio de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA N.º 172/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3963, de 28 de abril de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, a Nanci Terezinha Kotelak, ocupante do cargo em Comissão, de Chefe de Gabinete da Presidência, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1977, a partir de 03 de maio de 1978.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04 de maio de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA N.º 173/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3099, de 12 de abril de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

revogar a pedido, a Portaria n.º 618/77, de 03 de dezembro de 1976, que autorizou CARLOS PERTEL, ocupante do cargo em Comissão de Assessor de Gabinete, símbolo 3-C, com lotação no Gabinete do Deputado José Domingos Scarpelini, a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08 de maio de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA N.º 174/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3376, de 19 de abril de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

marcar para 1.º a 30 de junho do corrente ano, as férias concedidas pela Portaria n.º 413/77, do funcionário LUCIANO LACERDA FILHO, matrícula n.º 279, ocupante do cargo de nível PL "27", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08 de maio de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA N.º 175/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3995/78, de 03 de maio de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

de acordo com o disposto no Art. 6.º e seu parágrafo único, reajustar a partir de 1.º de janeiro de 1978, os valores constantes dos anexos I e II, do Decreto Legislativo n.º 598/77, conforme as tabelas abaixo:

TABELA I

Valores em Cr\$ 1,00

NÍVEIS	DENTRO DO ESTADO	FORA DO ESTADO
Motoristas	207	276
1 a 15	207	276
16 a 20	248	331
21 a 25	289	386
26 a 30	372	483
Médicos, Secretários de Comissão, Consultores Legislativos	386	496

TABELA II

Valores em Cr\$ 1,00

CARGOS	DENTRO DO ESTADO	FORA DO ESTADO
5-C	262	345
4-C e 3-C	289	386
2-C	386	496
1-C	414	538
Diretores de Departamento e Diretor do G.A.T.	414	538
Diretor Geral	469	621

Gabinete da Diretoria Geral, em 08 de maio de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA N.º 176/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3903, de 02 de maio de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 864/77, da funcionária CLEIDE ANGELINA MOLINARI DA SILVA, matrícula n.º 416, ocupante do cargo de nível PL "20", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09 de maio de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA N.º 177/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3918, de 02 de maio de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 864/77, da funcionária MARIA APARECIDA DO RÓCIO GEBRAN DO AMARAL, matrícula n.º 293, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09 de maio de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA N.º 178/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2972, de 10 de abril de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

I - revogar a pedido, a Portaria n.º 288/77, de 22 de abril de 1977, que designou a funcionária IZOLLA GLISTAU BARRICHELLO, matrícula n.º 207, ocupante do cargo de nível PL "17", da Série de Classes de Escriturário, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços na Liderança do M.D.B., junto ao Gabinete do Deputado José Domingos Scarpelini, a partir de 05 de maio de 1978; e,

II - designar a funcionária acima mencionada para prestar serviços no Gabinete da Presidência, a partir de 05 de maio do corrente ano.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09 de maio de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA N.º 179/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3745, de 26 de abril de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

designar os funcionários FABIANO SIQUEIRA CUNHA - Médico, CELSO MARIANO DOS SANTOS - Farmacêutico e LELINGTON LOBO FRANCO - Químico, para, sob a Presidência do primeiro constituírem Comissão, a fim de apurar os riscos de vida e saúde, do funcionário Inolan Antônio Guiginski de Oliveira, ora prestando serviços como Médico, junto ao Serviço de Assistência Social deste Poder.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09 de maio de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA N.º 180/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3344, de 19 de abril de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 864/77, dos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

LAERTES LUIZ FOGGIATO - matrícula n.º 456

RONALDO LOPES LINHARES - matrícula n.º 086.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09 de maio de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA N.º 181/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo pro-

tolado sob o n.º 4133, de 05 de maio de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

conceder ao funcionário MANUEL FERNANDES MAIA JÚNIOR, matrícula n.º 031, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1978, a partir de 05 de junho de 1978.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09 de maio de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA N.º 182/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3959, de 02 de maio de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar, ELMIRA LUIZA BAUER MONTECELLI, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, de acordo com o Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, conforme solicitação do Deputado Rosário Pitelli, até 31 de dezembro de 1978.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09 de maio de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA N.º 183/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4268, de 08 de maio de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 174/78, do funcionário LUCIANO LACERDA FILHO, matrícula n.º 279, ocupante do cargo de nível PL "27", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09 de maio de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA N.º 184/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4006, de 03 de maio de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

revogar a pedido, a Portaria n.º 697/77, de 03 de setembro de 1977, que designou LUIZ LIMA, matrícula n.º 504, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Osório Valter Pietrângelo.

Gabinete da Diretoria Geral, em 10 de maio de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA N.º 185/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4184, de 08 de maio de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

conceder à funcionária HONÓRIA CORDEIRO, matrícula n.º 201, ocupante do cargo de nível PL "16", da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta

Assembléia, quinze (15) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 05 de maio de 1978.

Gabinete da Diretoria Geral, em 10 de maio de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

ATAS DA COMISSÕES.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

8.ª LEGISLATURA - 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 4.ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de maio, do ano de um mil novecentos e setenta e oito, às dez horas e trinta, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, especialmente convocada para apreciar a Proposição n.º 140/78, de acordo com o que dispõe a Resolução n.º 327/77. Presidida pelo Senhor Deputado Paulo Camargo e presentes os Senhores Deputados Membros da Comissão: Dácio Leonel, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Luiz Alberto de Oliveira, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Osvaldo Macedo, Aguinaldo Pereira Lima, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Jorge Sato, Wilson Fortes, Lineu Turra, Nilso Sguarezi e Trajano Bastos, bem

como os Senhores Deputados desta Casa. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu a reunião, sendo aprovada a Ata da reunião anterior. A seguir passou-se à apreciação da PROPOSIÇÃO N.º 140/78, do Poder Executivo. Mensagem n.º 45/78, encaminhando cópia do convênio firmado entre o Governo do Estado e o Município de Araucária, para aplicação de recursos de Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, em serviços de desenvolvimento urbano no referido Município. Relator Deputado Gilberto Carvalho. Parecer favorável com Projeto de Resolução. Em discussão. Em votação. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Paulo Camargo, pelos Senhores Deputados presentes à reunião, e por mim, Rita Soares Bertoli, Secretária desta Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 02 de maio de 1978.

(aa) PAULO CAMARGO

Presidente

Rita Soares Bertoli - Secretária